



EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA EM CONTEXTO BRASILEIRO

Rodolfo Luís
Leite Batista
Cristina Lhullier
Organização



EXPERIÊNCIAS DE ENSINO DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA EM CONTEXTO BRASILEIRO

Rodolfo Luís Leite Batista
Cristina Lhullier
Organização

Editora do Portal História da Psicologia
Rio das Ostras, RJ – Brasil
2024

Editor: André Elias Morelli Ribeiro

Capa: Lara Gomes

Edição e revisão técnica: André Elias Morelli Ribeiro

Para elaboração dos capítulos, os autores foram orientados a utilizar as normas da ABNT (NBR 6023/2018 e NBR 10520/2017). A correção ortogramatical e formato de redação são de responsabilidade dos autores. Em caso de republicação, os capítulos e os artigos mantêm sua formatação original.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Pâmella Priscilla Negrão Braga CRB-7/6062

E96

Experiências de ensino de história da psicologia em contexto brasileiro. / Rodolfo Luís Leite Batista, Cristina Lhullier organização. – Rio das Ostras, RJ: Editora do Portal História da Psicologia, 2024. xxi, 560f.: il. (color.) : em PDF

E-book.

ISBN: 978-65-997325-3-9

Bibliografia

1. Psicologia - Brasil - História. I. Batista, Rodolfo Luís Leite (Organizador). II. Lhullier, Cristina (Organizador). III. Título.

CDD 150.981

Conselho editorial

André Elias Morelli Ribeiro (Universidade Federal Fluminense)

Arthur Arruda Leal Ferreira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Luiz Eduardo Prado da Fonseca (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Marcus Vinícius do Amaral Gama Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Cristina Lhullier, Rodolfo Luís Leite Batista.....IX

PREFÁCIO

Renato Sampaio Lima, Sérgio Dias Cirino.....XIX

PARTE I

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: DA REFORMA BENJAMIN CONSTANT ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

*Luísa Xavier de Brito Silva, Walter Aristóteles Oliveira
Miez, Sérgio Dias Cirino, Rodrigo Lopes Miranda, Paulo
Coelho Castelo Branco, Erika Lourenço.....23*

O ENSINO DE PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO NO INTERIOR DO MATO GROSSO DO SUL

*Letícia Martins Righi, Allana Patrícia da Silva, Maria
Eduarda Gregório dos Santos, Felipe Maciel dos Santos
Souza, Denise de Matos Manoel Souza.....61*

CLIO E PSYCHÉ VÃO À SALA DE AULA: O ENSINO DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ana Maria Jacó Vilela, Filipe Degani Carneiro.....76

**NA BUSCA PELO ENSINO DE UMA HISTÓRIA
POLÍTICA E SOCIAL DA PSICOLOGIA: POR UM
NOVO LUGAR PARA A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA
NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

André Elias Morelli Ribeiro.....108

**RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ENSINO DE
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

*Rodrigo Lopes Miranda, Gabriela Syperreck Ramires,
Isabella Espíndola Rodrigues, Letícia Andrade
Herrera.....145*

**CONTEMPLAR O BELO PARA CONHECER O
HUMANO E SUAS RELAÇÕES AO LONGO DA
HISTÓRIA: ENRIQUECENDO A FORMAÇÃO
UNIVERSITÁRIA POR MEIO DA ARTE**

*Roberta Vasconcelos Leite, Yuri Elias Gaspar, Marcelo
Augusto de Oliveira, Maria Gabrielle Coelho
Caldeira.....174*

**O USO DE PODCASTS NO ENSINO DE HISTÓRIA
DA PSICOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA
DECOLONIAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA**

Erika Lourenço.....224

**O USO DE BIOGRAFIAS E A PRODUÇÃO DE
VÍDEO-DOCUMENTÁRIOS PARA O ENSINO DE
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL**

*Rodolfo Luís Leite Batista, Andrêza Reis da Silva,
Fernanda de Cássia Oscar Otaciano.....247*

**O ENSINO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: RELATO
DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTUDO ORIENTADO,
EM GRUPOS E ACUMULATIVA**

Alcides José Sanches Vergara.....276

**O GRUPO DE ESTUDOS HISTORIOGRÁFICOS DE
PSICOLOGIA SOVIÉTICA DAS DÉCADAS DE 1930 E
1940: A PSICOLOGIA SOVIÉTICA CONTRA A
EXTREMA-DIREITA HITLERISTA**

*Juberto Antônio Massud de Souza, Brenda Rodrigues
Marcelino Alexandre, Bruna Torrecilha Cessel, Diego
Duarte Ribeiro, Guilherme José Pavesi, Letícia José
Pedrozo, Maria Eduarda Fiorini, Nathália Soares de
Lima.....298*

SABERES E FAZERES DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Anderson de Brito Rodrigues.....333

**PANDEMIA DE COVID-19: VIVÊNCIAS E
MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR DE HISTÓRIA DA
PSICOLOGIA**

Dener Luiz da Silva.....368

MODELO PARA ANÁLISE ESTRUTURAL DE TEORIAS NO CONTEXTO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

William Barbosa Gomes.....401

PERCURSOS, RECURSOS, TRANSCURSOS E CURSOS EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Arthur Arruda Leal Ferreira, Marcus Vinícius Amaral do Gama Santos, Raphael Thomas Pegden.....441

PARTE 2

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA PARA CURSO DE GRADUAÇÃO

William Barbosa Gomes.....481

HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE PESQUISADORES E DE PSICÓLOGOS

Maria do Carmo Guedes.....496

A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA COMO DISCIPLINA DE MESTRADO: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Inês Rosa Bianca Loureiro, Marisa Todescan Dias da Silva Baptista.....510

**ENSINO DE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA E
DESENHOS ANIMADOS: POSSIBILIDADES DE
NOVAS ARTICULAÇÕES**

Cristina Lhullier.....529

**NOTAS SOBRE AS AUTORAS E OS
AUTORES**.....555

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: DA REFORMA BENJAMIN CONSTANT ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

*Luísa Xavier de Brito Silva
Walter Aristóteles Oliveira Miez
Sérgio Dias Cirino
Rodrigo Lopes Miranda
Paulo Coelho Castelo Branco
Erika Lourenço*

É comum notar a presença de História da Psicologia nos currículos dos cursos de graduação em Psicologia. Existem registros dessa disciplina muito antes de a Psicologia ser considerada uma profissão e um campo de ensino em termos oficiais, como na proposta do currículo do primeiro curso de Psicologia, elaborado por Wacław Radecki, em 1932 (CENTOFANTI, 1982). O Artigo 5º da Resolução nº 8/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), preconiza a necessidade e a importância de se ensinar “fundamentos epistemológicos e históricos”. A Resolução nº 1/2023, que estabelece as novas DCNs, também preserva, no seu texto, o Artigo 5º. A manutenção deste, demonstra o olhar em direção à promoção de uma formação crítica em Psicologia.

A permanência do ensino dos “fundamentos epistemológicos” no currículo, manifesta a importância que a História da Psicologia tem, através dos seus métodos de pesquisa, de oportunizar o acesso ao

passado da Psicologia, revendo as diferentes visadas da sua história.

Este capítulo objetiva investigar os momentos históricos da institucionalização do ensino da disciplina *História da Psicologia* no Brasil, desde a Reforma Benjamin Constant, passando pelo Currículo Mínimo e culminando nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Portanto, pretende-se somar a uma corrente sobre os estudos da formação do psicólogo no Brasil (e.g., BERNARDES, 2004; FERREIRA NETO, 2010; CURY; FERREIRA NETO, 2014; SEIXAS, 2014; RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015; BATISTA, 2018), de modo a destacar os caminhos da concepção e institucionalização da disciplina da *História da Psicologia* no Brasil e os caminhos que a consolidaram como um campo de formação, pesquisa e extensão. Entende-se operacionalmente aqui a *História da Psicologia* como uma disciplina constituída por autores sociais (geralmente psicólogos docentes e pesquisadores) estruturada como um componente imerso em uma estrutura formativa e administrativa da formação em Psicologia.

Conhecer a história da Psicologia através de métodos historiográficos proporciona entrar em contato com os diferentes contextos nos quais essa história se escreveu, a fim de evitar possíveis reduções históricas. Sobre isso, Castelo Branco e Cirino (2017) apontam a importância de colocar em prática a História da Psicologia em Contexto, linha de pensamento que promove uma argumentação acerca dos conhecimentos psicológicos que serão aceitos ou não pela visão tradicional da História da Psicologia. Assim, a *História*

24

da Psicologia é fundamental para a construção da criticidade durante a formação em Psicologia. Assim, asseguramos a memória deste múltiplo campo do conhecimento e reconhecemos não existir uma história única e hegemônica.

MÉTODO

Recorremos à análise de documentos do *site* da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP)¹ referentes ao ensino de Psicologia, em especial aqueles vinculados ao Currículo Mínimo e às DCNs. Pudemos, assim, acompanhar os percursos feitos durante a construção desse processo de institucionalização da disciplina de *História da Psicologia*.

Segundo Pimentel (2001), nos trabalhos com documentos as categorias de análise precisam ser encontradas nesses documentos, e para isso, é preciso realizar a “extração” destes, de modo que recebam o tratamento adequado para que se constitua um caminho por onde a pesquisa possa caminhar. Privilegiamos documentos relevantes que trouxessem o debate em torno das DCNs. Desta maneira, trabalhamos com 12 documentos neste artigo.

A tabela 1 mostra os documentos utilizados para esse trabalho, sinalizados pelo ano, título do documento, o tipo do documento e sobre o que o documento diz respeito.

¹ Disponível em: <http://www.abepsi.org.br/formacao/linha-do-tempo-da-psicologia/>.

Tabela 1

Documentos referentes ao ensino de Psicologia no Brasil

Ano	Título do documento	Tipo de documento	Sobre o que o documento diz respeito
1932	Primeiro projeto de curso de Psicologia	Projeto	Instituiu o primeiro curso de Psicologia no Brasil
1958	Projeto de Lei n.3.825	Lei	Regulamenta a profissão de psicologista
1962	Lei 4.119 de 27 de agosto	Lei	Regulamentou a profissão de Psicologia
1962	Resolução de 19/12/1962	Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE)	Fixou o currículo mínimo para os cursos de Psicologia
1992	Carta de Serra Negra	Carta - CFP e instituições de ensino superior	Oferecer princípios norteadores para a formação em Psicologia
1995	A formação em psicologia: contribuições para a reestruturação curricular e avaliação dos cursos	Comissão de especialistas (MEC/SESU)	Discutir e propor novas diretrizes para os cursos de graduação em Psicologia
1996	Lei de Diretrizes e Baes da Educação Nacional(LDB), n.9.394/96	Lei	Reordenou o sistema educacional do Brasil
2001	Parecer CNE/CES n.1.314	Parecer do CNE	Discutiu sobre os três perfis de

			formação e nas ênfases ofertadas
2004	Parecer CNE/CES n.62	Parecer do CNE	Instituiu as DCNs para os cursos de psicologia
2018	Ano da formação em Psicologia, revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia	Minuta	Discussão acerca da revisão das DCNs
2019	Boletim n.112 da ANPEPP - Entidades unidas por um novo currículo	Boletim	Críticas sobre o processo de construção das novas DCNs
2019	Resolução CNE/CES 1071/2019	Resolução	Aprovação do texto que inclui o Projeto das novas DCNs. Esperando aprovação do Ministro da Educação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pontua Cellard (2008, p. 303), o processo de análise dos documentos é um caminho que requer uma abordagem “tanto indutiva quanto dedutiva”. É preciso encontrar o fio condutor que liga os materiais escolhidos e analisá-los sob à luz do questionamento inicial do pesquisador, bem como é preciso estar aberto para as

surpresas que a análise, pois muitas vezes se faz necessário “modificar ou enriquecer o referido questionamento” (p. 303).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O esboço escolhido para trabalharmos as análises desses documentos foram por meio de seções. Diante dessa organização que estabelecemos, distribuimos esses documentos em quatro seções: *Os caminhos trilhados até o Currículo Mínimo, As críticas ao Currículo Mínimo: um período de contestação, As DCNs de 2004 e 2011 e 2018: o ano da revisão das DCNs para os cursos de Psicologia.*

OS CAMINHOS TRILHADOS ATÉ O CURRÍCULO MÍNIMO

É certo reconhecer que o ensino da disciplina de Psicologia se deu muito antes da regulamentação da sua profissão. Sabe-se que a Reforma Benjamin Constant², em 1890, incorporou a disciplina Psicologia nos currículos das Escolas Normais, mas a produção da ciência psicológica e a sua transmissão só ganharam espaço com maior relevância após a criação das universidades modernas brasileiras. As Escolas Normais incluíram a Psicologia em diferentes áreas do saber. Tais escolas, ao assumirem a disciplina de Psicologia e Lógica, tinham como objetivo preparar para a admissão do ensino

² A Reforma Benjamin Constant, criada durante o governo provisório, pelo Ministro que dá seu próprio nome à reforma, tinha o objetivo de fazer a substituição de um currículo acadêmico por um currículo prático, baseado nas ideias positivistas. Ficou conhecida como a primeira reforma educacional da república brasileira e possuía uma natureza liberal e elitista (SOARES, 2010).

superior (PESSOTTI, 1988; SOARES, 2010; SEIXAS, 2014). O ensino de Psicologia nas Escolas Normais e a criação do primeiro Laboratório de Psicologia Experimental, o *Pedagogium*, em 1906, marcaram o processo de profissionalização da Psicologia no Brasil, como sugerem Pereira e Pereira Neto (2003). Apesar desse movimento, a Psicologia brasileira ainda não possuía autonomia e estava vinculada às outras áreas, tais como a Pedagogia e a Medicina.

As décadas de 1930 e 1940 foram importantes no processo de desenvolvimento das instituições voltadas para o ensino da Psicologia Aplicada. Naquele momento, a procura era por uma Psicologia com rigor científico e de caráter técnico, pois o crescente processo de urbanização demandava que as práticas psicológicas, além de auxiliar a organização do trabalho, estivessem presentes nas escolas e nas clínicas infantis (BAPTISTA, 2010; BERNARDES, 2004).

O Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro tinha como objetivo auxiliar as atividades médicas, tornar-se um centro de formação de psicólogos e consolidar-se como um núcleo de pesquisas (CENTOFANTI, 1982). No ano de 1932, o Laboratório passou a ser o Instituto de Psicologia da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública, incorporando entre as suas funções a de Escola Superior de Psicologia. A proposta de curso de Radecki apresentava uma linha condutora experimental e o componente de História da Psicologia aparecia na última etapa do curso, denominada de "Psicologia Aplicada à Educação", junto com os outros componentes de Psicologia da Criança, Ética e Estética. Em 1937, o

Instituto foi vinculado à Universidade do Brasil, com o objetivo de auxiliar nos estabelecimentos de ensino da instituição (CENTOFANTI, 1982).

Como já mencionado, a década de 1930 foi marcada pela era da modernização e da produção do capital, seguindo o processo de industrialização do governo de Getúlio Vargas. O Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), criado em 1947 para funcionar como laboratório e escola, foi o lugar que impulsionou as demandas de trabalho do novo profissional que surgiu naquele momento, denominado de “psicotécnico” - essa nova categoria tentava responder à preocupação crescente com o fator humano, ou seja, tudo o que estava relacionado com o desenvolvimento de aptidões e o aprimoramento técnico do sujeito, sempre vinculado à produção do capital (MANCIBO, 1997).

A Psicologia acabou por direcionar seu foco ainda mais para o indivíduo, delegando para um segundo plano o contexto social. Ela também ampliou seus horizontes de intervenção para os campos da clínica e do trabalho, pois sempre estivera muito vinculada aos campos da Medicina e da Educação (PEREIRA; PEREIRA NETO, 2003). Diante dessa expansão, crescia a necessidade da criação de políticas que assegurassem uma formação autônoma e a regulamentação da formação em Psicologia e da atuação profissional.

O final da década de 1940 e o início dos anos de 1950 são marcados por alguns encontros e publicações de artigos que impulsionaram as discussões acerca da formação e da regulamentação da Psicologia. Em 1949, Eliezer Schneider apresenta uma proposta curricular que

possuía o componente de *História da Psicologia* no primeiro e segundo anos do curso, segundo Cabral (1953).

Existem registros de que a partir do ano de 1952, a Sociedade de Psicologia de São Paulo iniciou discussões acerca da regulamentação, criando uma comissão para realizar estudos sobre a profissão. Em 1953, Annita Cabral publicou um artigo alertando para a necessidade de autonomia nos cursos de Psicologia, defendendo um aspecto eminentemente científico para eles e propondo que fossem ofertados em cursos universitários. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Congresso Brasileiro de Psicologia em Curitiba, o qual foi considerado um evento importante na discussão da regulamentação da profissão (BAPTISTA, 2010).

Ainda no ano de 1953, o curso de formação em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro já havia iniciado e, em São Paulo, começava a organização de um curso na Universidade de São Paulo (USP), elaborado por Annita Cabral. A proposta curricular possuía 17 matérias, das quais 12 eram específicas de Psicologia. Nesse currículo também poderia ser encontrado o componente de *História da Psicologia* (BAPTISTA, 2010; CABRAL, 1953).

Atendendo à solicitação do Conselho Nacional de Educação (CNE), também em 1953, foi apresentado o primeiro anteprojeto de lei referente à regulamentação da formação e da profissão. Elaborado pela Associação Brasileira de Psicotécnica (ABP) e pelo ISOP, o anteprojeto sugeria uma formação técnica teórico-prática, que deveria ofertar o curso de bacharel em três anos e o de licenciado em dois. O curso de bacharel seria realizado em Faculdades de Filosofia e o de licenciado

poderia ser cursado em institutos e centros de Psicologia Aplicada (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOTÉCNICA, 1953). Essa proposta, além de reforçar a defesa de um modelo técnico, reproduzia uma dicotomia entre ciência básica e aplicada dentro da formação em Psicologia. Estabeleciam que a formação teórica fosse realizada nas Faculdades de Filosofia e a formação prática, nos institutos destinados apenas à aplicação técnica da Psicologia. Tal proposta foi vetada, pela atuação do profissional de Psicologia ferir os interesses da classe médica, haja vista sua hegemonia na área clínica. A atuação do psicologista era como assistente técnico ou supervisor de um médico.

Klappenbach (2000), ao descrever o processo de regulamentação da profissão de psicóloga na Argentina, narra o mesmo fenômeno: os médicos acreditavam que tudo aquilo que se referia ao termo “clínico” era de domínio da classe, pois estava relacionado às atividades práticas de conhecimento médico e à cura de doenças. A Faculdade de Medicina chegou a sugerir que a titulação de “psicólogo clínico” fosse trocada para “psicólogo assistente do psiquiatra” (DAGFAL, 1998). A área clínica foi se expandindo cada vez mais, durante toda a movimentação para a regulamentação da profissão, constituindo-se em uma área clássica de atuação.

Em 1957, foi enviado ao Ministro da Educação, pela Comissão de Ensino Superior, o Projeto de Lei nº 3.825, que regulamentava a formação e a profissão de psicologista. A formação deveria ocorrer em Faculdades de Filosofia nos cursos de bacharelado e de licença, segundo o artigo 1º do projeto. Eram previstos dois níveis para a formação: um curso de bacharelado de três anos,

32

tendo em sua composição um conjunto de quatro disciplinas obrigatórias para cada ano e duas disciplinas escolhidas por cada instituição. O outro curso seria o de licença, para ser concluído em dois anos - no primeiro ano, haveria o ensino comum e, no segundo, existiriam duas modalidades: pesquisa e ensino e aplicação. Ao bacharel, seria dado o título de psicologista auxiliar nas instituições de Psicologia, enquanto ao licenciado seria consentida a função de organizar ou dirigir serviços de Psicologia Aplicada ao Trabalho ou à Educação. Após passar pela avaliação do Ministro, que fez alguns apontamentos, e ser encaminhado para o Presidente da República Juscelino Kubitschek, o parecer foi enviado para a Comissão de Educação e Cultura. Sob fortes críticas, justificando que aquele projeto não atenderia as necessidades de formação de uma profissional que pudesse ter a sua autonomia como classe profissional, a Associação Brasileira de Psicólogos e a Sociedade de Psicologia de São Paulo decidiram enviar outro substitutivo para o Ministério de Educação e Cultura. Ao receber o documento, o deputado Adaucto Cardoso, relator do projeto, afirmou que o substitutivo era inadequado e acabou optando por outro substitutivo, elaborado por duas associações de São Paulo (ESCH; JACÓ-VILELA, 2012; BAPTISTA, 2010).

Concomitantemente às discussões acerca da regulamentação, ocorreram outros fatos, como a criação dos cursos de graduação em Psicologia em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. O país estava vivendo seu momento de “milagre econômico”, com a ascensão da classe média, a internalização do mercado e entrada na

lógica neoliberal, exigindo maior aplicabilidade da Psicologia.

Em 27 de agosto de 1962, a Lei nº 4.119, que regulamentou a profissão de psicóloga no país, foi aprovada. Também foi publicado o Parecer nº 403/62 do Conselho Federal de Educação, que determinou a estrutura da formação em Psicologia, instituindo o Currículo Mínimo, o tempo de duração dos cursos e a regulação que habilitava a prática da profissão no país. Para exercer a profissão, com a exceção daqueles que já estavam na prática antes da Lei nº 4.119, era necessário passar pela formação em nível superior, já nos moldes de estruturação do Currículo Mínimo. O Currículo Mínimo estabeleceu por lei para os cursos de Bacharelado e Licenciatura as seguintes matérias obrigatórias: Fisiologia, Estatística, Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia Geral. Para a Licenciatura, que habilitava a prática do magistério em cursos de nível médio, também eram obrigatórias as matérias pedagógicas que estavam fixadas em resolução especial. E para a obtenção da formação de psicóloga, era necessário, para além de cursar as obrigatórias, escolher cinco matérias dentre estas opções: Técnicas de Exame Profissional e Aconselhamento Psicológico; Ética Profissional; e pelo menos três dentre as disciplinas de Psicologia do Excepcional, Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem, Teorias de Técnicas Psicoterápicas, Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria. Para além disso, deveria passar por um período

34

de treinamento prático sob a forma de estágio supervisionado (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1962).

Essa proposta gerou comentários de pesquisadores que investigam a formação em Psicologia no Brasil. Jacó-Vilela e Esch (2012) sugerem que o currículo possuía uma preocupação em manter um rigor científico e trazia o Positivismo como fundamento ao evidenciar a diferença entre a formação básica (bacharelado teórico) e a aplicada (formação técnica). Seixas (2014) também comenta que o Currículo Mínimo possuía uma estrutura baseada no Positivismo “indutivista, apresentando um modelo de ser humano fragmentado, estruturado e, sobretudo, desconectado com o seu contexto” (p. 91). O Currículo Mínimo apresentava uma ausência de disciplinas que tratassem da produção de conhecimento nas Ciências Humanas. Em suma, foi dada uma ênfase especial ao método experimental - que constitui a Psicologia, sem restar dúvidas, entretanto é um método oriundo das Ciências Naturais. Outra característica desse currículo era a influência da clínica aplicada nos conteúdos das disciplinas.

Os anos iniciais pós-regulamentação foram marcados por uma ascensão de cursos de graduação em Psicologia no país, que saltaram de quatro para trinta. A psicologia caracterizava-se como uma das profissões liberais femininas desse período. Essa ascensão pode ser compreendida por uma composição de fatores, dentre eles o aumento da oferta de vagas e do número de matrículas, observado principalmente a partir do grande crescimento da educação universitária privada,

impulsionada pela Reforma Universitária³ de 1968. Considerado como um curso de baixo custo, se torna um negócio rentável e, naquela época, coincidia com a entrada das mulheres na educação superior, a maioria em cursos considerados femininos, como é a situação da Psicologia (CASTRO; YAMAMOTO, 1998; SEIXAS, 2014; RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015).

A realidade dos cursos de graduação em Psicologia pós-Reforma Universitária de 1968 foi marcada pelo baixo investimento em pesquisa, por docentes sem muita qualificação e recém-saídos da graduação e pela lógica da técnica dos conteúdos curriculares, descontextualizados da realidade social. Essa expansão ainda reverbera na privatização do setor de ensino superior, no processo de massificação do ensino, na profissionalização como foco, na produção e no desenvolvimento da pesquisa, dentre outros (PESSOTTI, 1988; SEIXAS, 2014).

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo fenômeno da *cultura psi*, muito disseminada entre os meios acadêmicos e leigos da época, com cursos de perfil tecnicista, uma prática psicológica voltada apenas para as demandas de ajustamento do sujeito, a popularização

³ A Reforma Universitária de 1968 reorganizou o Ensino Superior no Brasil, introduzindo uma modernização e um processo de expansão das instituições de ensino superior públicas, na tentativa de responder a uma demanda de acesso a esse setor. A Reforma Universitária também proporcionou maior articulação entre ensino e pesquisa, institucionalizou a carreira acadêmica, promoveu a abolição das cátedras, impulsionou as políticas de pós-graduação, como também a privatização maciça do setor acadêmico (SEIXAS, 2014).

da prática clínica e o predomínio de um atendimento privado. O Brasil vivendo um momento de ascensão econômica, o discurso psicologizante reforçava o ideal da lógica liberal capitalista, por meio da sua perspectiva intimista e individualista.

Para alguns pesquisadores como Bernardes (2004) e Seixas (2014), que mantêm uma leitura mais crítica acerca da formação da psicologia, os cursos de graduação em Psicologia não eram considerados ameaças ao Golpe Militar de 1964, que duraria até a década de 1980. Considerada neutra, foi diante dessa conjuntura que a formação em Psicologia foi questionada a adotar um modelo crítico e que respondesse às demandas sociais proeminentes. Foi nesse cenário também que alguns pontos de resistência foram surgindo e se organizando para lutar por uma Psicologia mais condizente com a realidade, como a instalação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP).

AS CRÍTICAS AO CURRÍCULO MÍNIMO: UM PERÍODO DE CONTESTAÇÃO

A partir do final da década de 1970, as críticas ao modelo de formação em Psicologia começam a aparecer e a constatação do esgotamento desse modelo aumenta cada vez mais. Já não se sustentava mais uma formação de futuros profissionais por docentes desqualificados, com ênfase na prática da clínica tradicional, mantenedora da postura política que estava posta naquele contexto. As críticas quanto à formação estavam aliadas também ao pensamento crítico social, que ganhava força devido a uma dupla contingência

histórica. Segundo Ferreira Neto (2010), a primeira foi o fim do milagre econômico, que acarretou o enfraquecimento do regime militar e dos privilégios vivenciados pela classe média durante o período; a segunda foi o crescimento dos movimentos sociais no país, que apresentavam uma estrutura reivindicativa de ação direta e mais autônoma, entre o Estado e a frente opositiva, mesmo ainda não possuindo uma divisão política partidária. A ascensão dos movimentos sociais nesse momento foi importante para o nascimento de novos discursos, práticas e outras maneiras de ser e viver.

Durante as décadas de 1970 e 1980, foram realizados alguns estudos sobre a profissão de Psicologia e a sua formação. As questões que permeavam as temáticas desses estudos abordavam tanto o processo de expansão desenfreada como o caráter acrítico e conservador da formação e a prática de uma Psicologia que não conseguia lidar com demandas sociais e problemas que atingiam a maior parte da população.

Algumas instituições também repensaram como estavam contribuindo na discussão da profissão e da formação em Psicologia. Foi o caso do Conselho Federal de Psicologia, que, a fim de melhor retratar a situação nacional da Psicologia naquele momento, desenvolveu uma pesquisa durante os anos de 1986 e 1987, publicada em forma de livro, em 1988, com o título "*Quem é o Psicólogo Brasileiro?*". O livro representou, e ainda representa, uma importante fonte de análise do fenômeno da formação em Psicologia e de sua profissão no Brasil dos anos de 1980.

Para além dos estudos que foram produzidos nessa época acerca da formação em Psicologia,

realizaram-se eventos e mobilizações que reivindicavam uma Psicologia e uma formação mais críticas. Em meio a esse processo, destacam-se as mudanças que o Conselho Federal de Psicologia realizou nas suas concepções e o Encontro de Serra Negra (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992). Até esse momento, apesar de as primeiras entidades de Psicologia terem tido suas criações nas décadas de 1940 e 1950 - a Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP) e a Associação Brasileira dos Psicólogos (ABP) -, suas participações no contexto político da categoria só iriam acontecer em décadas posteriores, uma vez que, até então, as entidades que representavam a Psicologia tinham, em seu imaginário, que poderiam separar a prática profissional do posicionamento político (BERNARDES, 2004).

Com o declínio do milagre econômico e o início do processo de transição democrática no país, muitas categorias puderam se organizar, refletir e questionar as bases que as representavam, mobilizando-se para transformar as suas realidades. A década de 1980 também foi marcada por uma Psicologia preocupada em ir além de seu campo (FERREIRA NETO, 2010). Em 1985, foi criada a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), o que consagrou a congregação de todos os sindicatos de psicólogas naquele momento. Além das entidades de classe que estavam surgindo, outras com um perfil mais acadêmico começaram a assumir uma postura de preocupação política com questões sociais, como a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). O surgimento dessas entidades foi muito importante, no início da década de 1980, pois colocou como discussão central a necessidade de dar fim à

reprodução de uma Psicologia pronta e passar a construir ou reconstruir uma Psicologia originária das demandas e das necessidades da sociedade brasileira (BOCK, 2000). No ano de 1985, o Brasil iniciou seu processo de redemocratização. Oriunda de uma forte mobilização popular que pediu eleições diretas para presidente, estava iniciando naquele momento a Nova República e um novo governo, que pregava com veemência o seu *slogan* “Tudo pelo Social”. A Psicologia é então convidada a responder a essa nova conjuntura.

No início da década de 1990, o Conselho Federal de Psicologia promoveu eventos com a finalidade de discutir a formação em Psicologia no Brasil. Em 1992, um evento marcou com importância a seara dessa discussão: o “I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos”, na cidade de Serra Negra, no estado de São Paulo, conhecido como Encontro de Serra Negra (SEIXAS, 2014; ROCHA JÚNIOR, 1999). Durante o encontro foi produzida a “Carta de Serra Negra”, que ofereceu princípios norteadores para a formação em Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992). Tal documento serviu de base para os próximos eventos que tiveram como proposta pensar reformulações para o modelo acadêmico em Psicologia:

- 1) desenvolver a consciência política de cidadania e o compromisso com a realidade social e com a qualidade de vida; 2) desenvolver a atitude de construção do conhecimento, enfatizando uma postura crítica, investigadora e criativa, fomentando a pesquisa num contexto de ação-reflexão-ação, bem como viabilizando a produção

técnico-científica; 3) desenvolver o compromisso de ação profissional cotidiana, baseada em princípios éticos, estimulando a reflexão permanente destes fundamentos; 4) desenvolver o sentido de universidade, contemplando a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; 5) desenvolver a formação básica pluralista, fundamentada na discussão epistemológica, visando a consolidação de práticas profissionais, conforme a realidade sociocultural, adequando o currículo pleno e cada agência formadora ao contexto regional; 6) Desenvolver uma concepção de homem, compreendido em sua integralidade e na dinâmica de suas condições concretas de existência; 7) desenvolver práticas de interlocução entre os diversos segmentos acadêmicos, para a avaliação permanente do processo de formação. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992, n.p.).

As propostas da “Carta de Serra Negra” continuaram sendo discutidas nos congressos regionais e nacionais que foram realizados pelo país. A partir de 1995, as instituições de ensino superior começaram a enviar propostas de reestruturação de currículos nos cursos de Psicologia, a pedido dos CRPs e do CFP, que incentivou cada vez mais a criação de novas entidades para auxiliar nessa função de pensar e sugerir novas propostas para a formação em Psicologia. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, reordenou todo o sistema educacional do país, refletindo em vários setores da sociedade, como também,

segundo Yamamoto (2000), expressou sintonia direta com as pautas neoliberais. A LDB instituiu a substituição dos Currículos Mínimos, estabelecendo Novas Diretrizes Curriculares na organização dos cursos de formação.

Um documento elaborado no ano de 1995 pela Comissão de Especialistas de Ensino de Psicologia salientou logo nas linhas iniciais do seu texto que o currículo deve ser compreendido “em uma perspectiva progressista e emancipatória” (BORGES *et al.*, 1995, n.p; COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DO ENSINO DE PSICOLOGIA, 1995). O documento estava estruturado em dez diretrizes centrais para a formação da psicóloga e apresentava a sugestão de como operacionalizar cada uma dessas diretrizes e de quais matérias utilizar para responder às demandas do currículo. No entendimento da comissão, as matérias obrigatórias deveriam se “decompor” em outras.

A comissão também ressaltou algo que outras pesquisadoras que estudavam a formação em Psicologia já haviam salientado anteriormente ao analisarem o Currículo Mínimo: a associação da Psicologia com outras áreas afins, apesar de não existir nenhum componente relacionado às Ciências Humanas e Sociais. Reafirmou a importância de se ter uma formação em Psicologia que contemplasse a interdisciplinaridade. Essa perspectiva curricular de 1995 impulsionou a discussão sobre as mudanças necessárias na Lei nº 4.119, em relação aos aspectos da formação em Psicologia, para torná-la mais abrangente e mais próxima das Ciências Humanas e Sociais.

Pequenas mudanças ocorreram nos currículos de algumas instituições de ensino superior, embora não

representassem uma reestruturação na base curricular, pois limitaram-se apenas a algumas disciplinas e locais de estágio. Assim, ainda que notemos a construção de uma Psicologia mais pluralista, não podemos afirmar que o currículo de formação de psicóloga tenha se mantido totalmente estático entre os anos de 1962 e 2004 (PASSOS; GOULART; BRAGA; ABREU; VASCONCELOS, 2009), embora somente após 42 anos tenha sido possível realizar uma mudança estrutural na proposta curricular dos cursos de graduação em Psicologia do país.

AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DE 2004 E 2011

Em 1999, a Comissão de Especialistas em Ensino de Psicologia apresentou a Minuta das Diretrizes, com as propostas de Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Essa proposta reivindicava um compromisso com a perspectiva científica; o cumprimento do exercício da cidadania; uma postura ética; uma divisão ampla e ao mesmo tempo integrada dos processos psicológicos; ampliação dos impactos sociais dos serviços prestados à sociedade; e uma postura que fosse proativa no processo de aprimoramento e capacitação (FEITOSA et al., 1999). Em sua composição, a minuta apresentava a proposta de um Núcleo Comum de formação, composto por seis eixos estruturantes, preservando um perfil de formação por Ênfases Curriculares, definidas pelas propostas do curso. Isso é apontado em Yamamoto (2000, n.p.) neste trecho: "O núcleo comum é composto por um determinado conjunto de conteúdos com o objetivo de desenvolver

competências e habilidades básicas, conforme princípios e compromissos norteadores da formação em Psicologia”. A comissão reconhecia que o Currículo Mínimo havia cumprido papel histórico de importância para a formação em Psicologia, entretanto era necessário acontecer uma mudança que representasse a Psicologia em sua complexidade.

Uma audiência pública foi realizada em 2001 para discutir a nova proposta das DCNs. A proposta apresentada naquela audiência gerou uma onda de opiniões, visto que as maiores críticas tinham relação com os três perfis de formação - bacharelado, licenciatura e formação de psicóloga - e com a formação baseada em ênfases, considerando o perigo de se formar apenas um tipo específico de profissional. Mesmo com os pontos de divergências e críticas, as DCNs para os cursos de graduação em Psicologia foram aprovadas, com a produção do Parecer CNE/CES nº 1.314 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2001). No entanto, esse documento não foi homologado. Após um árduo debate, em 2004, as DCNs para os cursos de graduação em Psicologia foram aprovadas pelo Parecer CNE/CES nº 62 e instituídas com a Resolução CNE/CES nº 08 (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO / CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2004; RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015). Vale ressaltar que a proposta de ênfases curriculares foi mantida nessa nova resolução.

As DCNs têm a função de orientar, organizar e estruturar os currículos dos cursos de graduação em Psicologia do país, respeitando as particularidades de cada curso. São consideradas um avanço ao proporem a

44

mudança de uma formação baseada em um Currículo Mínimo por uma que tem os parâmetros das DCNs como cerne. Segundo Batista (2018), com a criação da LDB de 1996, o currículo de graduação em Psicologia deixa de ter como base conteúdos disciplinares e direciona-se para “o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades que permitem a prática crítica e reflexiva do psicólogo” (p. 36).

A proposta curricular de 2004 apresentou conteúdos com a finalidade de disparar uma discussão e a construção de um conhecimento psicológico que carregasse uma marca diversa na formação em Psicologia, deixando de lado a representação hegemônica da clínica no currículo básico (BATISTA, 2018). Segundo a Resolução nº 8/2004, a formação ampla, baseada nos princípios norteadores, possibilita uma articulação dos conhecimentos que são esperados para que as profissionais possam exercer tais competências e habilidades gerais. O currículo organizado em habilidades e competências é a grande marca das DCNs, diferente do modelo anterior centrado em disciplinas, proposto pelo Currículo Mínimo.

O Artigo 5º da Resolução nº 8/2004, define que a proposta do curso de Psicologia deve manter uma articulação em torno dos seguintes eixos estruturantes: clareza dos fundamentos epistemológicos e históricos que compõem as diferentes linhas de pensamento em Psicologia; fundamentos teórico-metodológicos que assegurem apropriação crítica das diferentes teorias; domínio dos procedimentos para a investigação científica e a prática profissional; conhecimento dos fenômenos e processos psicológicos; aproximação com campos afins do

conhecimento; práticas profissionais que assegurem esses eixos. Já o Artigo 6º da Resolução nº 8/2004, afirma que a identidade do curso de Psicologia no país é conferida por meio de um núcleo comum de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos. Apesar de o documento não deixar definido o que é o núcleo comum, há uma possibilidade de que sejam os eixos citados no Artigo 5º. O primeiro eixo estruturante é denominado de “Fundamentos epistemológicos e históricos”, e sua proposta é a de que a estudante possa acessar o conhecimento das bases epistemológicas que integram o saber psicológico. Talvez possamos considerar este um possível caminho para a aproximação que faltava entre a Psicologia e as Ciências Humanas, reivindicada na Minuta de 1995, e reiterar a importância do ensino da História da Psicologia para uma formação crítica.

De acordo com Batista (2018), as DCNs de 2004 deixaram evidente o movimento de deslocamento de um currículo centrado em disciplinas para outro, cujo foco principal era a construção de competências e habilidades profissionais, fomentando uma experiência formativa pluralista e articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, a fim de que a aluna, durante a sua graduação, fosse protagonista do seu percurso e não mais reprodutora de conteúdos previamente programados.

Em 15 de março de 2011, foi inserida, à resolução de 2004, a Resolução nº 5, que regulamentava a oferta da Licenciatura como um componente complementar ao Bacharelado. Tal complemento na Resolução tinha como objetivo central garantir um campo de atuação para a

profissional de Psicologia, o de professora de nível médio na educação básica.

No ano de 2013, iniciou-se uma nova discussão de formação de comissão para revisar o texto da Resolução nº 5, que instituiu as DCNs dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabeleceu normas para o Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

2018: O ANO DA REVISÃO DAS DCNS PARA OS CURSOS DE PSICOLOGIA

Em 2018, o CFP, em parceria com a ABEP e a FENAPSI, propôs uma discussão acerca da revisão das DCNs para os cursos de graduação em Psicologia. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) divulgou algumas críticas à minuta fruto dessa discussão alegando que processo de construção das novas DCNs não envolveu “as distintas instituições formadoras e foi realizado segundo um calendário considerado apressado por várias organizações e instituições formadoras” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 2019). A ANPEPP também se mostrou contrária ao ensino à distância e à inclusão da Psicologia exclusivamente na área da saúde, tendo em vista a pluralidade da Psicologia (ANPEPP, 2019).

No entendimento do Conselho Federal de Psicologia, a versão final da minuta sobre a formação em Psicologia, precisa estar comprometida com os direitos humanos e a cidadania, ciente e atenta ao seu compromisso social, aos princípios da inclusão e da responsabilidade ética.

Segundo Batista (2018), no que se refere ao perfil do egresso do curso de Psicologia, de acordo com o documento de 2018, espera-se uma psicóloga com responsabilidade acadêmico-científica e social, fatores já previstos no currículo de 1962 e nas DCNs de 2004 e 2011. Entretanto, é evidenciado que os processos e os fenômenos humanos são atravessados por determinantes sociais e, sendo assim, a proposta do novo currículo é que a profissional da Psicologia assuma um olhar de pluralidade social, que ressoe em uma prática profissional que tenha o compromisso de promover a saúde, dignidade e integridade do ser humano (Resolução n. 10/2005). O compromisso social da Psicologia aparece como um grande pilar na construção dessa nova proposta de currículo.

O artigo 4º do documento sugere que os cursos deveriam assegurar uma formação científica que fosse baseada na ética, com um caráter generalista, humanista, crítico, político, laico e reflexivo, e que pudessem compreender as múltiplas dimensões referenciais que tentam, de alguma forma, apreender o fenômeno psicológico em sua amplitude. Seriam dever dos cursos, também: compreender os fenômenos históricos, sociais e políticos, não apenas em sua diversidade regional, mas em sua dimensão na América Latina; considerar a desigualdade estrutural do Brasil transcrita nas questões de gênero, étnico-raciais, de classe e do patriarcado; reconhecer, defender e promover as políticas públicas, sem jamais esquecer da necessidade de educação permanente e de fiscalização e cumprimento das Resoluções do CFP.

A minuta de 2018 evidenciou que a formação precisa ser presencial, manter o caráter generalista, multi e interdisciplinar; reconhecer a diversidade teórico-metodológica e respeitar os contextos regionais para atender às variadas necessidades dos sujeitos e das populações (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Para tal, foram eleitos sete eixos estruturantes que servem de base para a articulação dos componentes curriculares, de acordo com a proposta do curso pensada. São estes: I. Fundamentos epistemológicos e históricos; II. Fundamentos teóricos metodológicos; III. Fenômenos e processos psicológicos; IV. Procedimentos para a prática científica e a prática profissional; V. Interfaces com campos afins de conhecimento; VI. Políticas Públicas; VII. Práticas profissionais voltadas para assegurar um núcleo básico de saberes. Ao se comparar a Resolução nº 8 de 2004 com a minuta de 2018, existe o acréscimo de um eixo referente às Políticas Públicas, com a finalidade de proporcionar conteúdos teóricos-metodológicos, estágios e práticas cada vez mais comprometidos com os princípios propostos pelo Sistema Único de Saúde (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

A noção de competências e habilidades, introduzida pela Resolução nº 8 de 2004, ganhou outra conotação no documento de 2018, centrando-se mais na ideia da construção de saberes e práticas durante o percurso formativo, por meio das ênfases curriculares propostas pelo curso, garantindo uma formação generalista à estudante (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Quanto à formação de professores de Psicologia, a minuta de 2018, assim como a Resolução nº 5 de 15 de

março de 2011, propõe que ela ocorra a partir de um projeto pedagógico complementar e diferenciado, com a finalidade de preparar o profissional para atuar em educação básica, profissional, técnica e em outras possibilidades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Na Resolução nº 5 de 2011, ficou decidido que o curso deveria assegurar sua proposta complementar para a formação de professores em torno dos seguintes eixos estruturantes: a) Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais; b) Psicologia e Instituições Educacionais; c) Filosofia, Psicologia e Educação; d) Disciplinaridade e interdisciplinaridade. Na minuta de 2018, foram acrescentados mais três eixos: Aperfeiçoamento nos conhecimentos da Língua Portuguesa; Língua Brasileira de Sinais; e História da África e História Indígena (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

De um modo geral, é possível observar que o documento de 2018 mantém a proposição de uma formação generalista, crítica, ética e compromissada socialmente (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Podemos considerar esse posicionamento como um processo de mudança de paradigmas, fruto de todo o percurso histórico da Psicologia como área de formação e profissional e de sua característica híbrida e plural, que possibilita a manutenção de caráter diverso, no sentido de proporcionar um mundo de possibilidades tanto no estudo e no aprofundamento de seus referenciais epistemológicos e metodológicos quanto nas áreas de atuação.

Como já mencionado, a ANPEPP produziu algumas críticas acerca do processo de construção das

50

novas DCNs. Diante disso, um novo documento foi elaborado por um Grupo de Trabalho durante o Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira, em que a ANPEPP teve uma participação bastante intensa. Esse documento foi encaminhado para análise do Conselho Nacional de Educação, que, em setembro de 2019, fez a apresentação da minuta com a eliminação de alguns artigos e parágrafos. Em 4 de dezembro de 2019, o CNE/CES 1071/2019, que inclui o Projeto de Resolução das DCNs para os cursos de graduação em Psicologia, foi aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Educação (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019). Em 11 de fevereiro de 2020, foi publicada a aprovação do texto da Resolução. Essa primeira aprovação representa uma importante vitória para os coletivos que trabalharam juntos na revisão das DCNs, como também para as categorias docente, discente e profissional da Psicologia. O resultado dessa mobilização se concretizou no dia 23 de outubro de 2023, com a publicação da Resolução n.1/2023, instituindo as novas DCNs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido neste estudo permitiu que fizéssemos um retorno até um pouco antes do início do processo de regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil. Esse percurso nos revelou importantes discussões que resultaram nas construções dos primeiros currículos que orientaram os primeiros cursos de formação de psicólogas no país. Exatamente 30 anos antes do estabelecimento do Currículo Mínimo do ano de 1962, já existia uma proposta de currículo para curso de

graduação em Psicologia, elaborada por Radecki, embora somente tenha ocorrido um reconhecimento à profissão e ao ensino da Psicologia por parte do Estado 30 anos depois.

O primeiro modelo oficial de currículo para os cursos de graduação em Psicologia no Brasil baseava-se em uma formação científica, especialista, com aplicação de técnicas e teorias psicológicas que serviram de base para a construção da identidade de uma profissional de prática clínico-liberal. Com o crescimento dos cursos de Psicologia, durante a década de 1970, e as demandas sociais que emergiam daquele momento, iniciaram-se discussões sobre o modelo de formação da psicóloga e o compromisso social da Psicologia. Ampliaram-se então, os debates para a revisão das DCNs para os cursos de graduação em Psicologia, as quais foram publicadas em 2004 e 2011 e 2023.

As instituições que representam a Psicologia escolheram o ano de 2018 para ser *o ano da formação em Psicologia* e salientaram a necessidade de uma revisão das DCNs para a formação em Psicologia. Diferentemente de outras propostas de parâmetros para auxiliar na formação, a proposta de 2018 evidencia o papel social que a profissional psicóloga precisa desempenhar diante da sua prática e a necessidade de reforçar o seu compromisso com os direitos humanos. A atual versão homologada, Resolução n.1/2023, é a primeira que contém uma atualização da Resolução de 2004. As novas DCNs trazem algumas inovações como: a interação de modelos adotados em outros países, a fim de garantir, a atuação profissional e formação científica, a partir de um contexto atual; a ampliação de ênfases

52

curriculares, como por exemplo, a mediação de conflitos; e uma forma mais detalhada sobre o processo de formação da(o) professora(o) de Psicologia.

Considera-se que a *História da Psicologia* esteve presente durante todo esse processo, seja fazendo parte dos currículos dos cursos, seja nos auxiliando no entendimento do passado histórico da Psicologia, a partir dos seus métodos historiográficos. Contudo, nem sempre, o ensino da *História da Psicologia* no Brasil, contemplou a história dessa grande área de conhecimento. Esse esteve e está presente de forma fragmentada ou marginal - como um satélite que orbita uma formação técnica, liberal, voltada para atender demandas inseridas no campo por outras áreas do saber.

Este estudo teve como objetivo complementar a discussão que já vem sendo feita acerca da formação em Psicologia no Brasil e só pôde ser desenvolvida devido aos estudos anteriormente realizados no campo da História da Psicologia - o que reafirma sua importância para a manutenção da memória da Psicologia e para uma formação crítica da psicóloga. As produções científicas na área ajudam-nos a compreender caminhos escolhidos no passado e que têm impacto na contemporaneidade, pois as escolhas feitas estão se atualizando no presente e nos permitindo lidar com questões atuais no campo da Psicologia.

Diferentes histórias sobre a Psicologia já foram e permanecerão sendo narradas ao longo dos tempos, pois, como já dito, as histórias são plurais e atualizam-se a cada novo contar. Esperamos que este estudo tenha contribuído para o campo de discussão sobre a formação em Psicologia e sua história, tendo em vista que o debate

a respeito dessa temática é algo que não se esgota aqui e que estará sempre em movimento, tamanha a sua vivacidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM PSICOLOGIA - ABEP. Primeiro projeto de curso em psicologia. **Linha do Tempo**. Recuperado em 10 março, 2020, <http://www.abepsi.org.br/formacao/linha-do-tempo-da-psicologia/>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOTÉCNICA. O problema da regulamentação da profissão de psicologista e da formação regular de profissionais nesse gênero. **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**, 5(2), 45-50, 1953.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - ANPEPP. Entidades Unidas Por Um Novo Currículo. **Boletim 112**. 2019. Recuperado a partir de https://www.anpepp.org.br/boletim/view?ID_BOLETIM=7

BAPTISTA, M. T. D. S. (2010). A regulamentação da profissão psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 30 (Número Especial), 170-191, 2019.

BATISTA, L. D. **A pessoa humana em formação: contribuições da antropologia filosófica de Edith Stein para a formação em psicologia no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, MG, Brasil.

BERNARDES, J. S. **O debate atual sobre a formação em Psicologia no Brasil - permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais.** Tese de Doutorado, Programa de Estudo Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2004.

BOCK, A. M. 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia. **Jornal do Psicólogo**, 10, 2000.

BORGES, M. M.; BASTOS, A. V. B.; KHOURI, Y. A. G. **A formação em Psicologia: contribuições para reestruturação curricular e avaliação dos cursos.** Parecer da Comissão de Especialistas de Ensino de Psicologia. MEC/SESU, 2005.

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 3.825 De 1958. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicologista. **Diário Oficial da União**. 1958, 11 de abril. Recuperado a partir de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216279>

BRASIL, Casa Civil. Lei Nº 4.119, De 27 De Agosto De 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. **Diário Oficial da União**. 1962, 17 de dezembro. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4119.htm

BRASIL, Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Subchefia para assuntos jurídicos. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

CABRAL, A de C. M. Problemas de Formação do Psicólogo. **Boletim de Psicologia**. 6(7), 1953.

CASTELO-BRANCO, P. C.; CIRINO, S. D. História da Psicologia em Contexto: teorias, conceitos e implicações metodológicas. **Revista Sul Americana de Psicologia**. 5(2), 2017.

CASTRO, A. E. F. DE; YAMAMOTO, O. H. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estud. Psicol.** 3(1), 147-158, 1998. doi:10.1590/S1413-294X1998000100011.

CELLARD, A. A análise documental. In Poupart, J et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. (pp. 295-316, A. C. Nasser, Trad.). Petrópolis: Vozes, 2008.

CENTOFANTI, R. Radecki e a psicologia no Brasil. **Psicologia, ciência e profissão**, (1), 2-50, 1982.

COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DO ENSINO DE PSICOLOGIA - CEEP. A formação em Psicologia: contribuições para a reestruturação curricular e avaliação dos cursos. Relatório não publicado da Comissão de Especialistas de Ensino em Psicologia. Brasília: MEC/SESu. 1995. Recuperado a partir de <http://www.abepsi.org.br/formacao/linha-do-tempo-da-psicologia/>

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Currículo Mínimo para os Cursos de Psicologia**. 1962. Recuperado em 10 março, 2020, de <http://abepsi.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1962-curriculominimoparaoscursosdepsicologia.pdf>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Quem é psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Carta de Serra Negra - Documento síntese do Encontro Nacional dos Cursos de Psicologia: Repensando a Formação.

Serra Negra, SP. 1992. Recuperado a partir de <http://www.abepsi.org.br/formacao/linha-do-tempo-da-psicologia/>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.).
Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços.
Campinas, SP: Átomo & Alínea, 1992.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP.
Minuta Das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Os
Cursos De Graduação Em Psicologia. 2018. Recuperado
a partir de
<http://www2.cfp.org.br/consultapublica/2018/dcn/docs/minuta.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo.** Brasília, agosto de 2005.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Parecer CNE/CES
1.314/2001. 2001. Recuperado a partir de
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces062.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA
DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Parecer CNE/CES
0062/2004. 2004. Recuperado a partir de
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces062.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução
CNE/CES 1071/2019. 2019. Recuperado a partir de
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN10712019.pdf?query=FORMA%C3%87%C3%83O

CURY, B. M; FERREIRA NETO, J. L. Do Currículo
Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na
formação do psicólogo. **Psicologia em Revista**, 20(3),
494-512, 2014. Recuperado em 10 março, 2020, de

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v20n3/v20n3a06.pdf>.
doi: 10.5752/P.1678- 9523.2014V20N3P494

DAGFAL, A. A criação de uma carreira em Psicologia na Universidade Nacional de La Plata: a passagem do campo da educação para a predominância na clínica. O lugar da Psicanálise (1957-1966). **Relatório final da iniciação Ciência e Técnica**, Universidade Nacional de La Plata, Argentina, 1998.

ESCH, C. F.; JACÓ-VILELA, A. M. A regulamentação da profissão de psicólogo e os currículos de formação PSI. In Jacó-Vilela, A. M., Cerezzo, A. C., & Rodrigues, H. B. C. (Orgs.). **Clio Psychê: fazeres e dizeres psi na história do Brasil [on-line]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 3-12, 2012. ISBN: 978-85-7982-061-8. Recuperado em 10 março, 2020, de <http://books.scielo.org>

FEITOSA, M. A. G.; COSTA, A. E. B.; BASTOS, A. V. B.; BORI, C.M.; LOPEZ, M. A.; GOMES, W. B. **Minuta das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Psicologia**. Brasília: DEPEs/ SESu/MEC, 1999.

FERREIRA NETO, J. L. Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. **Memorandum**, 18, 130-142, 2010.

KLAPPENBACH, H. El título profesional de psicólogo en Argentina: Antecedentes históricos y situación actual. **Revista Latinoamericana de Psicología**, 32, 419-446, 2000.

MANCIBO, D. Da psicologia aplicada à sua institucionalização universitária: a regulamentação da psicologia enquanto profissão. **Cadernos do IPUB**, 8. Rio de Janeiro, 1997.

PASSOS, I. C. F.; GOULART, M. S. B.; BRAGA, F. M.; ABREU, M. A.; VASCONCELOS, E. M. A formação em

psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e o processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais, nas décadas de 60, 70 e 80. **Memorandum**, 17, 149, 2009. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a17/passosecol01.pdf>

PEREIRA, F. M.; NETO, A. P. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em Estudo**, 8, 19-27, 2003. doi: 10.1590/S1413-73722003000200003

PESSOTTI, I. Notas para uma história da psicologia brasileira. In Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Quem é o psicólogo brasileiro?** (pp.17-31). São Paulo: Edicon, 1988.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, 114, 179-195, 2001.

ROCHA JÚNIOR, A. Das discussões em torno da formação em psicologia às diretrizes curriculares. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1(2), 3-8, 1999.

RUDÁ, C.; COUTINHO, D.; ALMEIDA-FILHO, N. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum**, 29, 59-85, 2015.

SEIXAS, P. S. **A formação graduada em Psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto pós DCN**. Tese de Doutorado, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande Norte, Natal, RN, Brasil, 2014.

SOARES, A. R. A PSICOLOGIA NO BRASIL. In Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia, ciência e profissão**. (Edição especial), 09-59, 2010.

YAMAMOTO, O, H. A Psicologia em Movimento: entre o "gattopardismo" e neoliberalismo. **Psicologia e sociedade**. 12(1-2), 221-233, 2000.

NOTAS SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alcides José Sanches Vergara é graduado em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas. Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - Campus Assis. Professor aposentado da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: alcidesvergara55@gmail.com.

Allana Patrícia da Silva é estudante de Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: allana.silva445@academico.ufgd.edu.br.

Ana Maria Jacó Vilela é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professora-titular na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório de História e Memória Clio-Psyché. E-mail: jaco.ana@gmail.com

Anderson de Brito Rodrigues é graduado em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professor-associado na Universidade Federal de Goiás. E-mail: andersondebritoarodrigues@ufg.br.

André Elias Morelli Ribeiro é graduado em Psicologia e doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - Campus Assis. Professor na Universidade Federal Fluminense - Rio das

Ostras. Coordenador do projeto Portal História da Psicologia. E-mail: andre.elias.morelli@gmail.com.

Andrêza Reis da Silva é graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves. E-mail: andrezareisdasilva15@gmail.com.

Arthur Arruda Leal Ferreira é graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor-titular na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível 2. E-mail: arleal1984@gmail.com.

Brenda Rodrigues Marcelino Alexandre é estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: brendarmalexandree@gmail.com.

Bruna Torrecilha Cessel é estudante de Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: bruna.cessel@gmail.com.

Cristina Lhullier é graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciências - Psicologia pela Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto. Professor-adjunta na Universidade de Caxias do Sul. E-mail: clhullie@ucs.br.

Dener Luiz da Silva é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor-titular na Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: densilva@ufsj.edu.br.

Denise de Matos Manoel Souza é graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Grande Dourados. Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Professora do Centro Universitário da Grande Dourados. E-mail: denise.manoel@unigran.br.

Diego Duarte Ribeiro é estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: diego.ribeiro042@academico.ufgd.edu.br.

Erika Lourenço é graduada em Psicologia e doutora em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora-associada na Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: erikalourenco.mail@gmail.com.

Felipe Maciel dos Santos Souza é graduado em Psicologia pelo Centro Universitário da Grande Dourados. Doutor em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor-associado na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: felipesouza@ufgd.edu.br.

Fernanda de Cássia Oscar Otaciano é graduada em Psicologia e mestre em Psicologia pela Universidade

Federal de São João del-Rei. Professora no Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves. E-mail: fernanda.oscar2@gmail.com.

Filipe Degani-Carneiro é graduado em Psicologia e doutor em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor-adjunto na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenador do Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio Psyché. E-mail: filipe.degani@gmail.com.

Gabriela Syperreck Ramires é graduada e mestranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: gabrielasyperreck@gmail.com.

Guilherme José Pavesi é estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: guilherme.jose.p12@gmail.com.

Inês Rosa Bianca Loureiro é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: inesbiancaloureiro@gmail.com.

Isabella Espíndola Rodrigues é graduada e mestranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Bolsista Excelência pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom

Bosco (PPGPsi-UCDB).
isarodrigues0205@gmail.com.

E-mail:

Juberto Antonio Massud de Souza é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: xjubertox@hotmail.com.

Letícia Andrade Herrera é graduada e mestranda em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: leticiaandradeh63@gmail.com.

Letícia José Pedrozo é estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: lelepedrozo@gmail.com.

Letícia Martins Righi é graduada em Psicologia pelo Centro Universitário da Grande Dourados. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: leticia.righi045@academico.ufgd.edu.br.

Luísa Xavier de Brito Silva é graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia - Vitória da Conquista. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: luisabrito14@hotmail.com.

Marcelo Augusto de Oliveira é estudante de Medicina na Universidade Federal dos Vales de

Jequitinhonha e Mucuri. E-mail:
marcelo.augusto@ufvjm.edu.br.

Marcus Vinícius Amaral do Gama Santos é graduado e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: mvgama@hotmail.com.

Maria do Carmo Guedes é graduada em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Doutora em Ciências Humanas - Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora emérita da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: mcguedes34@gmail.com.

Maria Eduarda Fiorini é estudante de Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: maria.fiorini086@academico.ufgd.edu.br.

Maria Eduarda Gregório dos Santos é estudante de Psicologia na Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail:
maria.santos722@academico.ufgd.edu.br.

Maria Gabrielle Coelho Caldeira é graduada na Licenciatura em Pedagogia e no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e mestranda em Ciências Humanas pela Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: mariagabriellecoelhocaldeira19@gmail.com.

Marisa Todescan Dias da Silva Baptista é graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: marisatdsb@gmail.com.

Nathália Soares de Lima é estudante de Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: nsoares884@gmail.com.

Paulo Coelho Castelo Branco é graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível 2. E-mail: pauloccb branco@gmail.com.

Raphael Thomas Pegden é graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre e doutorando em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: rtpegden@gmail.com.

Renato Sampaio Lima é graduado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor-associado da Universidade Federal Fluminense - Nova Friburgo. E-mail: renatosampaio@id.uff.br.

Roberta Vasconcelos Leite é graduada e doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora-adjunta na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: roberta.leite@ufvjm.edu.br.

Rodolfo Luís Leite Batista é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei. Doutor em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor-adjunto na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: rodolfo.rl@gmail.com

Rodrigo Lopes Miranda é graduado em Psicologia e doutor em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor na Universidade Católica Dom Bosco. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível 2. E-mail: rlmiranda@ucdb.br.

Sérgio Dias Cirino é graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professor-titular na Universidade Federal de Minas Gerais Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível 2. E-mail: sergiocirino99@yahoo.com.

Walter Aristóteles Oliveira Miez é graduado, mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: waltermiez@gmail.com.

William Barbosa Gomes é graduado em Psicologia pela Universidade Católica de Pernambuco. Graduado em Música pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Higher Education pela Southern Illinois University. É professor emérito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: wbgomes@gmail.com.

Yuri Elias Gaspar é graduado e doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor-adjunto na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: yuri.gaspar@ufvjm.edu.br.

